

Apuração de fraudes sobrecarrega Procuradoria Geral

Ronaldo Brasiense

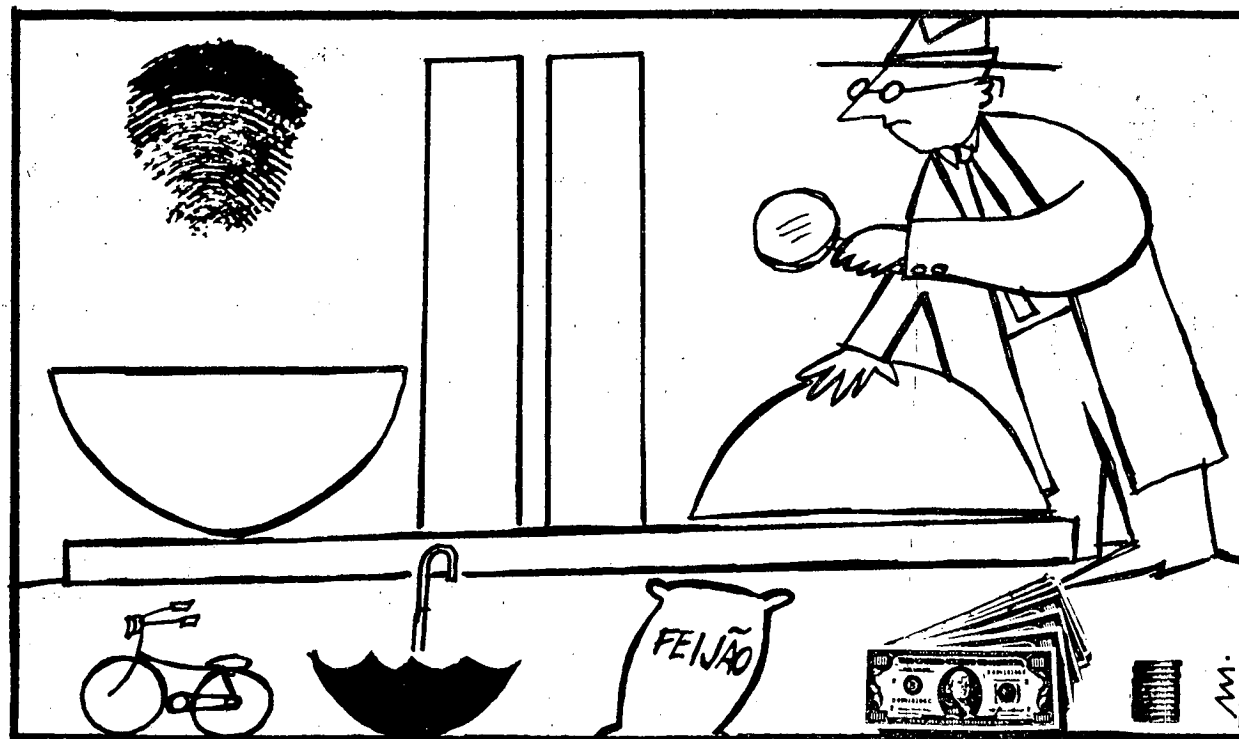
BRASÍLIA — Na noite de quarta-feira passada, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, redigiu em sua residência, na QI-2 do Lago Norte, as 23 linhas de resposta às indagações feitas por um subordinado, o delegado Aparecido Feltrin, da Polícia Federal, sobre seu envolvimento no caso em que o ex-ministro do Trabalho e da Previdência Antonio Rogério Magri é acusado de receber US\$ 30 mil para parcelar dívidas de empresas com a Previdência. É uma cena difícil de se imaginar nos governos militares a que Passarinho serviu em três pastas — Trabalho, Educação e Previdência. Os atos de corrupção denunciados no governo Collor se avolumam mas há, como não havia antes, a cobrança para que todas as fraudes que lesaram os cofres públicos sejam investigadas e, se comprovadas, severamente punidas.

O Ministério da Saúde é, de longe, o recordista em fraudes. Com o ex-ministro Alcení Guerra submetido ao pedido de enquadramento por crime de prevaricação, o Ministério da Saúde se viu envolvido nas compras superfaturadas de bicicletas, mochilas e guardas-chuvas e até de feijão mofado. A LBA, que esteve sob a direção da primeira-dama Rosane Collor, vem em segundo lugar em número de falcaturas, com os usineiros aparecendo na terceira colocação.

Esta é a relação das principais fraudes que estão sendo apuradas pela Procuradoria Geral da República:

■ US\$ 40 milhões pedidos pela Vasp à Petrobrás, com prazo de pagamento de 10 anos e juros de 6% ao ano. A negociata provocou a demissão do presidente da Petrobrás, Luiz Octávio da Mota Veiga (07/11/90). Processo 08100.002863/90-61. Privatização da Vasp: processo 08100.002960/90-18 já com inquérito civil instaurado.

■ CR\$ 7,4 bilhões em pagamentos do Ministério da Saúde para convênios com os hospitais. Há casos em que hospitais cobraram a colocação de próteses



em doentes mentais, segundo auditoria do Inamps. (16/01/92). Processo 08190.000643/91-01.

■ CR\$ 1,5 bilhão na compra de 8,4 mil toneladas de feijão mofado para o Inam feita pelo Ministério da Saúde. O feijão, de péssima qualidade, foi vendido a preço cinco vezes superior ao de mercado. (25/07/91). Inquérito civil público instaurado através do processo 2186/91-81.

■ CR\$ 81 bilhões em alimentos superfaturados para a merenda escolar em compras feitas pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que chegou a pagar 150% a mais pelos alimentos. (10/10/91). Processo 08100.004277/91-51.

■ CR\$ 28 bilhões em concorrência fraudulenta feita pelo Inbra para obras de infraestrutura em cinco municípios do sul do Pará. A concorrência foi feita com cartas marcadas, com a empreiteira distribuindo previamente os lotes.

(09/10/91). Processo nº 08100.002841/91-18.

■ CR\$ 80 bilhões em compras superfaturadas feitas pelo Ministério do Exército em uniformes e roupas de cama e banho. A concorrência beneficiou empresas previamente selecionadas. (12/11/91). Processo 08100.003687/91-57.

■ CR\$ 18 bilhões para a contratação da Master Consultores Associados pelo Ministério da Saúde para fiscalizar a construção dos Ciacs. A empresa pertence a amigos do ex-ministro Alcení Guerra. (23/11/91). Processo 08100.003999/91-70.

■ CR\$ 3,3 bilhões para a compra de 22.500 bicicletas para os agentes de saúde no combate à cólera. As bicicletas, adquiridas nas Lojas do Pedro, do Paraná, custaram aos cofres públicos CR\$ 147 mil a unidade. No mercado, custavam CR\$ 99 mil. (05/12/91). Processo 08100.004029/91-19.

■ US\$ 85,9 milhões pagos pelo Banco

do Brasil ao Midland Bank para saldar a dívida externa dos usineiros do Nordeste, mesmo contra o parecer do presidente do BB, Lafayette Coutinho. (04/07/91). Processo 08100.002029/91-48 aguardando informações.

■ CR\$ 954,2 milhões seriam pagos pelo Ministério da Previdência para a CR\$ Consultoria e Informática sem licitação para acompanhar o processo de informatização dos postos do INSS, por interferência direta do ex-ministro Antonio Rogério Magri. Denunciada no Congresso, a negociata foi sustada. (13/11/91). Processo 3697/91-19 aguardando informações.

■ CR\$ 204 bilhões em compras de cestas básicas sem concorrência feitas na gestão da primeira-dama Rosane Collor são canceladas pelo novo presidente da LBA, Paulo Sotero. (19/09/91). Processo 08100.000216/91-14 e outros em andamento na Procuradoria Geral da República.